

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – MARÇO/2001

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36

Aos oito dias do mês de março de 2001, às nove horas e trinta minutos, na sala de reunião(sala 42) da SES-TO, deu-se início a Reunião Ordinária da COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, pelo Senhor Presidente-Substituto, Moisés Costa Lima, com as presenças: **SES:** Marcos Elizeu Marinho de Oliveira-DAS/SES, Carlos Alberto Zandoná-DAF/SES, Marússia Medrado dos Santos-ASPLAM/SES, Marleide Aurélio da Silva-VIGEP/SES, Nilza Tedesco Reis-Controle e Avaliação/SES. **COSEMS:** José Gastão Almada Neder-SMS/Palmas, Furtunato Soares Barros-SMS/Gurupi, Gildo Luiz Vieira-SMS/Nova Rosalândia; Raimundo Nonato Freitas-SMS/Taguatinga; **Suplentes:** Orivaldo Mendes da Cunha-SMS/Colinas, Maria Joaquina Pereira-SMS/São Miguel, Lúcio Flávio Fernandes de Paiva-SMS/Paraíso. **CONVIDADOS:** Gábia Gerciann V. Oliveira-Ass. Jurídica, Elvira Rodrigues dos Santos-SEAUD/MS/TO, Maria José Moraes de Araújo-Ass. Imprensa/SES, Linvalda Rodrigues H. de Araújo – PACS/PSF/SES, Adriana Cavalcante Ferreira-Coord. Pólo de Capacitação/SES, Anália Celencina Fagundes Gomes-Vig. Ambiental, Durval Aires da Silva-Vig. Ambiental, Riva D'alva Lemos G. Santos-SEMUS/São Valério, Maria Lúcia R. de Faria-SEMUS/Muricilândia, Raimunda Fortaleza de Sousa-COSEMS-TO. Moisés Costa Lima iniciou chamando atenção dos membros no sentido de evitar o prolongamento das reuniões, pedindo o esforço de todos para que se atenham aos assuntos da pauta, não desviando a discussão para questões de ordem administrativa, conforme já pactuado anteriormente pelo Plenário. Em sequência, foi feita a apresentação dos novos membros representantes do COSEMS. Procedeu-se à apresentação da pauta, sendo aprovada com inversões, seguindo a ordem: ITEM 01 – APRECIACÃO DA ATA DO DIA 14/12/2000: A Ata do dia 14/12/2000 foi aprovada sem alterações. ITEM 02 – TETO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE PALMAS: Após discussões, foi pactuada a transferência de R\$ 45.000,00/mês do teto livre do Estado para o teto do Município de Palmas para complemento do custeio das ações de assistência. ITEM 03 – PARECER DA ÁREA TÉCNICA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE EQUIPES DO PSF: Considerando parecer da Área Técnica/SES apresentado por Linvalda Rodrigues H. de Araújo – Coord. PACS/PSF/SES, foi pactuado a implantação de 01(uma) equipe do PSF nos seguintes municípios: Lagoa do TO, Pedro Afonso, Santa Rita do TO e Santa Rosa. ITEM 04 – PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO DE CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DO PSF: Adriana Cavalcante Ferreira-Coord. Pólo de Capacitação/SES apresentou a proposta de implantação do Pólo de Capacitação, Formação e Educação Permanente dos profissionais do PSF no Estado, com sede no Município de Araguaína, enfocando o seu funcionamento, as instituições participantes, bem como as atividades a serem desenvolvidas neste. O Pólo tem como objetivo contribuir com o aperfeiçoamento dos recursos humanos vinculados à Saúde da Família, como estratégia para a organização da Atenção Básica nos municípios. Foi

37 pactuada a proposta. ITEM 05 – PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DAS EQUIPES DE TRATAMENTO
38 QUÍMICO NOS MUNICÍPIOS(UBV, PERIFOCAL E DOMICILIAR): Com a palavra, Durval Aires da
39 Silva-Vig. Ambiental iniciou sua explanação explicando o motivo de até o momento não terem sido
40 instaladas as brigadas no controle do vetor da dengue nos municípios de Araguaína e Palmas,
41 através do tratamento de UBV. Segundo Sr. Durval o tratamento através de UBV não tem influência
42 na redução do índice de manifestação predial, pois essa ação reduz apenas o índice de pessoas
43 doentes e não o número de mosquitos, o que só se consegue através do tratamento focal atacando o
44 mosquito na sua forma imatura. Em relação ao tratamento perifocal e domiciliar nos municípios a
45 proposta apresentada pelo Estado é de desenvolver o controle químico através dos ACS da VISA e
46 quando houver necessidade, de acordo com o índice predial, realizar o controle químico através do
47 pessoal da FUNASA, os quais estão capacitados e já recebem insalubridade para executar essa
48 ação. Nos municípios em que não há pessoal da FUNASA é preciso definir uma estratégia, com as
49 seguintes hipóteses: destinar um servidor da FUNASA do município vizinho para executar esse
50 trabalho ou uma pessoa da VISA do município. Conforme Linvalda Rodrigues H. de Araújo –
51 PACS/PSF/SES essa ação que vinha sendo desenvolvida pelos agentes de endemias nos
52 municípios não demonstrou resultados positivos, o que resultou na suspensão dessas atividades.
53 Citou como exemplo Palmas, único município que não implantou equipes de agentes de endemias,
54 que vem apresentando resultados positivos no controle do vetor. O Estado não está de acordo com a
55 contratação de pessoal para executar essa ação, pois se trata de um serviço temporário. ITEM 06 –
56 PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE REFERÊNCIA PARA
57 ENTOMOLOGIA E PARASITOLOGIA: Durval Aires da Silva-Vig. Ambiental levantou o problema da
58 recusa dos laboratórios de Entomologia e Parasitologia em atender os municípios de sua referência,
59 compromisso este assumido na CIB quando do processo de descentralização da FUNASA-TO. Com
60 a descentralização da FUNASA esse sistema de referência permaneceu da forma como funcionava,
61 porém os Secretários Municipais de Saúde presentes levantaram algumas disparidades do mesmo.
62 Diante dessa constatação, foi criada a Comissão das Endemias para redefinição do sistema de
63 referência de laboratórios para Entomologia e Parasitologia, considerando a localização dos
64 municípios e mediante avaliação da capacidade do município ao qual será destinada a referência. A
65 referida Comissão ficou assim composta: COSEMS-TO: Gildo Luiz Vieira-SMS/Nova Rosalândia;
66 SES: Coordenador-Durval Aires da Silva-Vig. Ambiental e um representante do LACEN a ser
67 indicado posteriormente. ITEM 07 – AVALIAÇÃO DA GESTÃO PLENA DO SISTEMA MUNICIPAL
68 DE GURUPI: Marcos Elizeu Marinho de Oliveira-Dir. Assist. à Saúde fez leitura do relatório da
69 Câmara Técnica de Habilitação da CIB-TO acerca da Gestão Plena do Sistema Municipal do
70 Município de Gurupi. A Câmara Técnica constatou o descumprimento por parte do Município de
71 responsabilidades, prerrogativas e de requisitos estabelecidos na NOB-SUS/96 e NOAS/2001. O

72 Secretário Municipal de Saúde de Gurupi, Furtunato Soares Barros, registrou sua discordância
73 quanto ao fato de não ter sido comunicado com antecedência sobre o tema em discussão. Em
74 seguida, estendeu-se o debate para reavaliar a Gestão Plena do Sistema Municipal de Gurupi.
75 Após amplo debate, SMS-Taguatinga Raimundo Nonato Freitas, manifesta que, o relatório técnico
76 está sendo avaliado e, não a questão política, sendo que esta, deve-se ser discutida e analisada
77 entre os Gestores. Moisés Costa Lima-Presidente Substituto, se compromete de comunicar ao
78 Prefeito Municipal de Gurupi sobre a decisão do Plenário. Em seguida, foi colocada em votação o
79 Relatório da Câmara Técnica de Habilitação da CIB/TO sobre a reavaliação do processo de
80 habilitação do Município de Gurupi, com aprovação por unanimidade pelo Plenário, o qual aprova a
81 continuidade da habilitação do Sistema Pleno Municipal e pactua pelo repasse de recursos, referente
82 ao custeio de assistência de média e alta complexidade, no teto livre do Estado para as unidades:
83 Hospital Comunitário de Gurupi, Pronto Atendimento e o Hemocentro. ITEM 08 – INFORMES: a)
84 Certificação de municípios para a execução das ações de epidemiologia e controle de doenças:
85 Marleide Aurélio da Silva-Coord. Vig. Epid./SES informou que, de acordo com o relatório da
86 Comissão de Certificação, estão em conformidade com os critérios estabelecidos os processos de
87 pedido de certificação dos municípios a seguir: Axixá, Novo Jardim, São Sebastião do TO, Sampaio,
88 Santa Rosa do TO e Santa Teresinha do TO, os quais já foram aprovados pela CIB, devendo ser
89 encaminhados à CIT. Informou ainda sobre o levantamento geral da situação dos municípios em
90 relação à certificação. Em seguida, considerando o parecer da Comissão de Certificação, foi
91 pactuado o pedido de certificação do Município de Santa Rita do TO; b) Habilitação do Estado à
92 Certificação da Interrupção da Transmissão Vetorial da Doença de Chagas pelo *Triatoma infestans*:
93 De acordo com Anália Celencina Fagundes Gomes-Vig. Ambiental por iniciativa do Secretário
94 Estadual de Saúde, Dr. Eduardo Novaes Medrado, o Programa de Chagas torna-se uma prioridade
95 para o ano de 2001, com vistas à receber a certificação na interrupção da transmissão vetorial da
96 doença de Chagas pelo principal vetor da doença, o *Triatoma infestans*. Conforme Anália, no início
97 do Programa foi detectado 45 municípios infectados, todavia há um levantamento de que atualmente
98 não está ocorrendo a transmissão da doença no Tocantins. Desta forma, serão realizados inquéritos
99 entomológico e sorológico para o levantamento das informações. Essas informações serão
100 submetidas a uma comissão nacional que avaliarão todos os dados, e posteriormente esta
101 referencia-os para uma comissão internacional, a qual fornece a certificação. Em seguida é
102 apresentado o mapa do Estado com a demonstração dos locais em que serão realizados os dois
103 inquéritos. ITEM 09 - ASSUNTOS GERAIS: Nilza Tedesco Reis, membro da Câmara Técnica de
104 Habilitação da CIB, lembrou da obrigatoriedade da apresentação pelos municípios do Relatório de
105 Gestão/2000, do Plano Municipal de Saúde Plurianual e da Programação Anual das Prioridades de
106 Saúde, de acordo com os critérios estabelecidos na NOB-SUS/96 como requisitos para a

107 manutenção da habilitação correspondente. Logo após, foi determinado prazo até o dia 31 de maio
108 de 2001 para a apresentação desses documentos, ficando a SES juntamente com o COSEMS de
109 oficializar essa solicitação aos municípios. Mediante análise e parecer da Área Técnica do Programa
110 de Alimentação e Nutrição da SES-TO, foram pactuados os Planos Municipais de Combate às
111 Carências Nutricionais dos municípios: Araguacema, Carrasco Bonito, Couto Magalhães, Nova
112 Rosalândia, Pequizeiro, São Bento e Sampaio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente-
113 Substituto agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às doze horas e quarenta
114 minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo
115 Senhor Presidente-Substituto e demais membros presentes.

116

117 ASSINATURAS:

Silvia Siqueira
Orivaldo Mendes Cunha
Luzia
Mário
Aureo
Jull
Maurício de Medeiros